

# Enredando narrativas jornalísticas: textualizações das ocupações universitárias de 2016 nos jornais O Povo e Diário do Nordeste

**Daniel Macêdo**

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, MG, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1415-7792>

**Márcia Vidal Nunes**

Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Fortaleza, CE, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3318-4937>

## Resumo

Mobilizados pelo descontentamento com o regime fiscal anunciado pós-*impeachment* e pautando #ForaTemer, estudantes ocuparam *campus* universitários em 2016 no Brasil. Textualizações jornalísticas também compuseram a trama pelas quais diferentes contornos narrativos foram propostos a esses acontecimentos. Neste trabalho, centramos atenção às narrativas elencadas pelos jornais O Povo e Diário do Nordeste, a fim de tomar nota das elaborações de sentidos que se enredam com esses textos. Com esse objetivo, realizamos um percurso metodológico a partir das contribuições de Bruno Leal sobre “narrativas jornalísticas”, para praticarmos enredamentos tanto entre as produções desses periódicos, articulando as narratividades que se configuram em dados contextos, quanto com outras escritas, considerando as aproximações e os distanciamentos pelos quais podemos discutir as ausências sensíveis nos textos jornalísticos e as proposições que corroboram sinonímias entre a luta por direitos e o delito.

## Palavras-chave

ocupação universitária; Ceará; narrativa; jornalismo; redes textuais

## 1 Introdução

O ano de 2016 foi marcado pela ruptura democrática, e entre os seus impactos figura a incidência política de movimentos sociais em atos de ocupação dos mais diversos setores sociais em discordância à nova agenda política, como discutem Macêdo, Nunes e Gadelha (2023). A educação foi um dos setores que sofreram implicações e a divergência com a política fiscal anunciada como Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016 (Brasil, 2016) rapidamente se transformou em ação política de estudantes.

Em conjunto com a onda de ocupações secundaristas em mais de mil escolas no Paraná, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) foi a primeira instituição a ter *campus* ocupado, em dez de outubro daquele ano. Segundo a União Nacional dos Estudantes (UNE) (2016), pouco mais de um mês após esse feito já existiam mais de 220 *campi* ocupados em todo o país em crítica à nova agenda fiscal, em defesa da educação e pautando “Fora Temer”. As mobilizações nacionais também contaram com adesões no Ceará, a partir da mobilização de greves e de ocupações descentralizadas na Universidade Regional do Cariri (URCA), na Universidade Federal do Ceará (UFC), na Universidade Federal do Cariri (UFCA), na Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e no Instituto Federal do Ceará (IFCE).

Marcadas por rupturas com o cotidiano das instituições, as ocupações universitárias de 2016 formatam-se como experiências de abrangência pública ao alcançarem muitas pessoas a partir de incontáveis elaborações narrativas, que, por sua vez, atribuem proposições de sentidos deveras peculiares ao caso. Atores sociais com diferentes exercícios de poderes, ao narrarem, praticam processos de significação que atribuem contornos singulares a um acontecimento, como discute Queré (2005) ao admitir a potência de sentidos criados a depender das perspectivas que os conjuram. Por isso, temos empenhado esforços em complexificar as compreensões sobre essas ocupações, deslocando-as de um dado homogêneo para, a partir dos diferentes acontecimentos que se dão a ver nas textualizações, tomar notas das disputas de sentidos que se travam como parte da vida social.

**Figura 1 - Mapeamento de ocupações e greves estudantis no Ceará**



Com foco nas particularidades que envolvem o território cearense e as experiências que ali foram possíveis, interessa-nos, neste trabalho, tatear os contornos atribuídos às ocupações por produções jornalísticas. Atendemos, aqui, ao convite de Freire Filho (2009, p. 65), que questiona a estabilização dos sentidos atribuídos a perfis estigmatizados em produtos comunicacionais para, com isso, propor o questionamento “[...] sobre a origem destas imagens social e ideologicamente motivadas, por que elas perduram e são produzidas”. Para isso, centramos atenção às produções realizadas no âmbito do Diário do Nordeste e do Jornal O Povo por serem as únicas produções realizadas no Ceará que, durante o ano de 2016, estavam inclusas entre as 50 maiores tiragens de impressos no país (IVC, 2016). Enquanto o primeiro, editado pelo Sistema Verdes Mares, ocupava o 33º lugar, com 22.593 exemplares na média de circulação; o segundo, empreendido pelo Grupo O Povo, ocupava a 48ª posição, com 27.398 impressões na média de consumo.

Para além desses indicativos sobre circulação apontados pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC) (2016), a escolha em mirar a produção dessas empresas jornalísticas considera o volume de produções de caráter noticioso realizadas ao longo do período de

intervenção política de estudantes, como observamos a partir do material clipado. Diferentemente de outras empresas em que as produções eram pontuais e estavam circunscritas a espaços de escrita opinativa nos jornais, encontramos 16 textos em O Povo e oito no Diário do Nordeste, produzidos sob a editoria que mobiliza tais redações – figurando como agentes relevantes nas disputas narrativas sobre o caso a partir de vieses jornalísticos.

Em que pesem as diferenças na localização política desses Grupos de Comunicação, é justo notar que ambos se articulam a dinâmicas econômicas que tensionam a editoração das narrativas que propõem. Criado em 1928 e com fortes posicionamentos políticos orientados pela social-democracia, encampados por Demócrito Dummar, como destacam os escritos de Araújo (2008), O Povo segue sendo a redação impressa mais antiga ainda em funcionamento no Ceará e, em carta publicada em 1989, destaca a “[...] fiscalização da ação dos poderes públicos na defesa do interesse comunitário e da cidadania, na busca do equilíbrio político e no fortalecimento das instituições e liberdades democráticas [...]” como princípios fundamentais seus – ainda hoje em voga. Para além do impresso, o Grupo mobiliza a transmissão da Rádio CBN e vincula-se à Fundação Demócrito Rocha, voltada à educação a distância.

O Diário do Nordeste, como uma das produções do Sistema Verdes Mares, articula-se à TV Verdes Mares – filiada à Rede Globo –, à Rádio Verdinha e ao G1 Ceará, com sucursais em Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte. O Sistema Verdes Mares pertence ao Grupo Edson Queiroz, que, por sua vez, possui a TV Diário – emissora local sem filiações em escala de rede e com programação própria –, além de fortes iniciativas econômicas nos setores de energia, de alimentação, de agroindústria e de educação – entre as quais, para os fins desta pesquisa, vale destacar a Universidade de Fortaleza (UNIFOR). A incorporação do jornal ao conglomerado empresarial e as suas relações com a educação superior privada são elementos importantes que posicionam as produções do Diário do Nordeste em conflito com as ações políticas de movimentos sociais, como destaca Santos (2013), ao discutir o tom persecutório adotado pelo jornal contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no Ceará.

Em ambos os casos, as redações estão situadas em Fortaleza e correspondem aos dois maiores conglomerados de comunicação do estado. Durante o período de realização das ocupações, ambas as editorias empenharam esforços de articulação – e, por vezes, de transposição – entre narrativas que circulavam em modais impressos e digitais. Por isso, como opção de pesquisa, centramos nossa análise em torno das produções de apuração jornalística presentes nesses dois segmentos. Para definir os textos em pesquisa, realizamos clipagem das produções impressas e digitais que narram as ocupações e que estão disponíveis nas

hemerotecas das empresas jornalísticas envolvidas – que, como já afirmado, consistem em 16 textos do O Povo e oito do Diário do Nordeste.

Cada produção, mais que um dado em si mesmo, expressa uma “[...] materialidade textual de cada produto ou processo comunicativo, cujos contornos, porém, são mais dinâmicos que os antevistos sob um olhar incauto ou ingênuo [...]”, como propõem Leal, Manna e Jácome (2019, p. 75), ao lançarem pistas para movimentos metodológicos que considerem os sentidos transitórios envoltos nas produções jornalísticas. Assim, diferentemente de “retratos” dos ocorridos, as produções jornalísticas são aqui anguladas como “[...] traçados de narrativas que se evidenciam enquanto articulações constituintes do tempo e da história, operando como mediações dos processos comunicacionais [...]” (Leal; Manna; Jácome, 2019, p. 80) que nelas não se encerram.

Este artigo delinea-se, então, a partir de uma abordagem com os textos jornalísticos que os reconhece enquanto elaborações narrativas. Em diálogo com Leal (2022, p. 20), trata-se de um deslocamento da homogeneização atribuída ao factual para, nas ranhuras dos processos de composição textual, observar os sentidos elencados “[...] aos acontecimentos, ao tempo e, assim, conformar realidades [...]” heterogêneas. Para isso, após clipagem e escolhas metodológicas, miramos cada um dos 24 textos em estudo como afirmativas impregnadas por interesses e possíveis a partir de dados contextos que fundam um determinado olhar ao acontecimento. Em cada texto, para além dos apontamentos narrativos que se indiciam nas páginas em análise, interrogamos os cenários e as agências que se dão a ver nas tomadas de posição diante do caso e que se materializam em cada produção. Diferentemente da presunção de verdade, buscamos elencar as reportagens como textualizações para complexificar o que com elas é emergente em termos de composições de sentidos e, nisso, lançar vistas aos interesses e às disputas que as engendram – isto é, aqui, considerarmos que a “[...] narrativa deixa de ser tomada como dado e se transforma em modo de articulação temporal dos elementos e das dinâmicas textuais que compõem os jornais, em toda a sua complexidade sensível[...]”, como nos ensinam Leal, Manna e Jácome (2019, p. 83).

Cada reportagem foi objeto de incursões de leitura que nos permitiram tomar notas das narrativas que a amparam e dos contextos que a fundamentam em meio às tensões das redações que a propõem. Assim, nesta investigação, praticamos atos de leituras dos textos tomando nota das informações disponíveis em cada produção, e cruzando-as a fim de complexificar as percepções tanto sobre os modos de constituir relação com o acontecimento

em estudo por cada redação, quanto sobre as múltiplas facetas – por vezes, opostas e conflitivas – com as quais as ocupações universitárias nos são apresentadas em determinados textos.

Para construirmos tais conexões, produzimos uma rede textual (Abril, 2013) em que as obras se complexificavam em razão das articulações de sentidos possíveis com o cruzamento de referências. Tais enredamentos entre textos compõem imagens complexas, a partir das materialidades em estudo, sobre as relações das editoriais com o caso, a partir das quais com eles nos envolvemos e exercitamos a elaboração de processos de significação ao acontecimento. É partindo desta compreensão que partilhamos dois exercícios de enredamentos com os textos: no primeiro, focamos nas produções jornalísticas em estudo a fim de tomar notas sobre as narrativas propostas pelos jornais, reconhecendo que, manejando as narrativas, contornos simbólicos às ocupações dão-se a ver neste percurso metodológico; no segundo, contrapusemos a narratividade evidenciada com outras produções buscando tanto tensionar os aspectos contextuais que orientam as perspectivas propostas pelos periódicos e pelos textos aqui manejados, quanto lançar vistas aos sentidos em disputa sobre as ocupações, as pautas políticas e os estudantes envolvidos.

## 2 Enredamentos narrativos com as páginas dos jornais

A atenção das redações jornalísticas às ocupações universitárias no Ceará é publicada a partir das primeiras mobilizações estudantis na capital. A primeira matéria publicada pelo O Povo Online (2016a) narra a ocupação do Departamento de Geografia da UFC, em 1º de novembro. Até então, nada tinha sido publicado no jornal, mesmo já estabelecidas ocupações da Reitoria da Universidade Regional do Cariri, no Crato e do *campus* de Iguatu do Instituto Federal do Ceará. Já o Diário do Nordeste (2016a; 2016b) noticiou as ocupações apenas em quatro de novembro, em sua versão online, destacando a realização da Assembleia Geral de Estudantes da UFC na Concha Acústica e a deliberação por greve e por ocupações discentes. O jornal O Povo (2016b) também produziu conteúdo sobre o assunto nesse dia, com manchete *Estudantes aprovam greve na UFC e definem ocupação*.

Anunciando que *Estudantes da UFC aprovam greve e votam por ocupações* nas páginas do O Povo (2016b) e que *Estudantes da UFC deflagram greve geral* nas folhas do Diário do Nordeste (2016a), as apurações inicialmente voltadas à circulação digital foram convertidas para os modais impressos em quatro de novembro, situando os marcos em que estudantes da UFC aderiram às mobilizações nacionais. Nessas matérias, os textos firmam que as ocupações

são atos de protesto e de incidência política estudantil em face da discordância com a PEC 55/2016 (Brasil, 2016). “Ocupação” é o termo utilizado em ambas as reportagens para tipificar a ação discente de tomada dos espaços públicos. A matéria de O Povo (2016b) é mais profunda e cita a existência de mobilização nas ruas, nomeadas por “protesto”, para narrar o ato após a Assembleia do dia anterior.

Ponto alto das apurações, a ocupação da Faculdade de Educação da UFC durante a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) mobilizou jornalistas das duas empresas. Em tom de ataque, o Diário do Nordeste (2016b; 2016c) dedicou duas matérias à iniciativa em seu portal, durante os dias quatro e cinco de novembro, articuladas ao texto de Áquila Leite (2016) na versão impressa do periódico. A primeira matéria adota tom de aviso ao se valer das palavras do Reitor para dizer que “A Faculdade de Educação é uma grande incógnita” (Diário do Nordeste, 2016b), referindo-se à manutenção do Exame. Na segunda matéria, atribui culpa aos ocupantes por inviabilizarem a avaliação, registrando que “[...] o cancelamento do Enem nas instalações da UFC é resultado da manifestação de estudantes que deflagraram greve e passaram a ocupar o prédio da instituição, no Benfica” (Diário do Nordeste, 2016c). Na apuração de O Povo se revela que “[...] o espaço é um dos locais de prova do ENEM 2016 e pode ter a aplicação adiada” (O Povo, 2016c), e se explica que secundaristas serão convocados para fazer o Exame em nova data e não serão prejudicados.

Ainda que falem sobre estudantes, as reportagens não os escutam, privilegiando relações com a Reitoria da Universidade e com o Ministério da Educação (MEC), a quem são destinados amplos espaços midiáticos. Elas registram que as ocupações acontecem “apesar do apelo ao diálogo”, reforçado nas palavras do Ministro Mendonça Filho, do Democratas (DEM), na matéria de cinco de novembro do Diário do Nordeste (2016c). Cria-se, aqui, uma figuração das ocupações como atividade inconsequente, fruto de rebeldia estudantil que se contrapõe ao ensejo de outros estudantes que almejam ingressar em universidades. A matéria do Diário do Nordeste (2016c) adota o termo “cancelamento” em reforço à tônica de repreensão, mesmo já sabido que as provas seriam remarcadas. Assim, as produções propõem contornos narrativos que reforçam o empenho do Ministério da Educação em garantir que todos consigam efetivar o teste e, em conjunto, apontam os ocupantes como perfis irresponsáveis. Afinal, como se registra nas matérias aqui apontadas, é atribuída às ocupações a ausência de condições para a realização do exame.

O segundo ponto de atenção jornalística ocorre com a expansão das ocupações na Universidade Federal do Ceará. Nos dias sete e oito de novembro, as duas empresas publicaram

narrativas elaborando sobre a ampliação das iniciativas estudantis pelas unidades acadêmicas da capital. Enquanto o Diário do Nordeste (2016d) reforça que “[...] a paralisação de aulas faz parte de movimento nacional contra a Proposta de Emenda à Constituição 55”, situando os marcadores políticos que orientam a medida, O Povo (2016d) atribui a insurgência estudantil ao descontentamento com Michel Temer.

Na produção de O Povo (2016d), a partir das palavras do Vice-Reitor Custódio Almeida, argumenta-se a complexidade das iniciativas estudantis ao se propor: “É preciso que a gente tenha a dimensão da pluralidade, não é um movimento homogêneo e há uma exigência forte de muito diálogo”. Esta é a segunda matéria em que o termo “diálogo” surge como elemento central na construção narrativa. Por um lado, ele enfatiza o papel que as ocupações cumprem ao se firmarem como irrupções que convocam debates públicos sobre questões cotidianas e, por vezes, pouco visibilizadas; por outro, ele sugere a abertura da administração superior às negociações com estudantes. Em relação a estes últimos, em que pese a pluralidade de ideias presentes no movimento estudantil da UFC, a afirmação do Vice-Reitor em O Povo (2016b) se direciona a desfigurar as dinâmicas de decisão exercidas em assembleias estudantis e vocalizadas por um Comando de Greve como instância política diretiva, na medida em que a matéria de O Povo (2016d) se orienta a demarcar a dificuldade do diálogo entre estudantes e a administração superior – esta última figurando como um agente de mediação.

No Diário do Nordeste (2016d), encontramos um texto breve publicado em sete de novembro, na versão online, que enreda o crescimento da onda de ocupações. Para além do registro do apoio da Associação de Docentes das Universidades Federais do Ceará (ADUFC), o texto diz que “[...] estudantes de, pelo menos, 17 cursos de graduação [...] decidiram hoje pela ocupação dos prédios da instituição como ato da greve geral, deflagrada no último dia três de novembro”. A matéria do Diário do Nordeste (2016e), publicada em oito de novembro, no impresso, possui o mesmo conteúdo da postagem online, alterando apenas o título para: *Número de ocupações aumenta na UFC*.

É no contexto de ampliação das iniciativas estudantis que as ocupações em outras instituições passam a surgir nas pautas dos jornais. Em oito de novembro, O Povo (Talicy, 2016) dedica reportagem para narrar o estopim de ocupações no *campus* Crato da Universidade Federal do Cariri, situando-as como parte de mobilizações nacionais motivadas contra a PEC 55/2016. A matéria, publicada no impresso, em manchete *Ocupações estudantis ganham adesão em novos cursos da UFC e UFCA*, narra de modo densamente descritivo os ocorridos na primeira instituição e suas motivações políticas para, ao fim, citar que também existem

ocupações na segunda Universidade, a partir da paralisação das aulas no curso de Agronomia, no Crato – sem conferir a esta última o mesmo nível de atenção delegado à primeira.

Para além de destacar novos espaços ocupados, a reportagem de O Povo assinada pela jornalista Eduarda Talicy (2016) retoma entrevista com o Vice-Reitor e fortalece a narrativa da busca por diálogo como uma ação política da administração universitária e argumenta que esses esforços se tratam de uma prática ainda inexistente entre estudantes – reforçando a imagem de desorganização do movimento. Essa produção é, também, a primeira em que estudantes são convocados a falarem sobre as motivações da ação política, como observamos em:

O corpo discente é uma classe e como classe tem direito à greve', afirmou a estudante de Jornalismo Nerice Carioca, 22. 'Esse projeto de lei aplica uma série de congelamentos nas áreas sociais. O acesso à universidade foi ampliado e esse investimento pela permanência desse estudante na universidade precisa continuar. Isso que move nossa luta', pondera (Talicy, 2016).

As matérias de O Povo (2016a; 2016b; 2016c; 2016d) e do Diário do Nordeste (2016a) legitimam as assembleias e não apontam tônica de criminalização às metodologias de decisão do movimento estudantil; ao passo em que estudantes são apresentados em O Povo (2016d) como agentes marcados pelas divergências que protagonizam. Ambas as construções contribuem para mirarmos estudantes no centro do processo de decisão e de formulação política sobre a ação durante e depois das assembleias; contudo, nessa segunda construção descrita, o que se destaca é um viés que deslegitima a ação estudantil ante as práticas de divergências testemunhadas pelo Vice-Reitor.

A tomada de posição de outros agentes, como a Defensoria Pública da União (DPU), é registrada por O Povo (2016e) em oito de novembro, em matéria na edição impressa que reforça o direito à intervenção política dos estudantes. Logo na manchete se propõe: *Defensoria recomenda que reitores não identifiquem nem punam alunos*. As orientações emitidas pela DPU solicitam:

[...] que os dirigentes acadêmicos não pratiquem nem solicitem medidas que prejudiquem a salubridade e habitabilidade dos estabelecimentos ocupados (como o corte de água e luz) ou promovam ato de desforço de desocupação sem estrita obediência à legalidade e sem haver prévia autorização judicial para a reintegração (O Povo, 2016e).

Neste sentido, é estabelecido pela redação de O Povo um olhar mais apurado contra a criminalização das ocupações encampada pelo MEC e pelas Reitorias a partir das falas da DPU que orientam o abandono de medidas punitivas contra estudantes ou que venham a tornar insalubre a permanência nos prédios ocupados. Uma deixa importante dessa publicação é reconhecer que a criminalização de estudantes em ações políticas era um traço comum nas experiências descentralizadas pelo país.

A legitimidade do movimento é fortalecida na publicação de nove de novembro de O Povo Online (2016f), em que se divulga a carta de apoio do Colegiado de Docentes do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC. Em dez de novembro, o texto publicado na versão impressa de O Povo (2016g) traz síntese do desfile da coleção especial realizada por estudantes de Design de Moda no cruzamento da Av. da Universidade com a Av. 13 de Maio contra a PEC 55/2016. Na ocasião, afirma-se a importância de:

[...] criar visibilidade para a ocupação e as reivindicações dos estudantes. Para que a ocupação não seja criminalizada. Queremos melhorias para a Educação. Trazer a moda como protesto político. A moda também é social', afirmou uma das estudantes participantes da performance (O Povo, 2016g).

A tomada da moda como expressão política que incita o diálogo é um aporte para dirimir a criminalização que recai contra estudantes pela ação política que realizam. A fim de construir visibilidade à ocupação, a iniciativa de estudantes ocupa também as páginas de O Povo e desaparece nas do Diário do Nordeste. Nas páginas de O Povo (2016g), o vestuário estampa com fortes traços as palavras de ordem "Fora Temer", expondo que a ação estudantil já não se restringia à contrariedade diante da PEC 55/2016, ao pautar a queda do governo de Michel Temer.

A partir deste ponto, apenas atos de rua foram pautados e apenas O Povo atendeu ao chamado das ruas para narrar o caso. A matéria de 12 de novembro, impressa em O Povo, sob escrita de Daniel Duarte (2016), elenca estudantes em manifestação nas ruas de Fortaleza, apontando que também ocupam esses espaços, e se abre a acolher as perspectivas estudantis:

Entre os estudantes que ocupam a UFC em Fortaleza, Rui Alencar, 19, também entende que 'a luta só começou'. 'Foi um processo que aconteceu muito rápido e a gente tá tentando ao menos ter defesa nesse primeiro momento. A força social que a gente vê, com a deslegitimidade do governo Temer já clara para muitas pessoas, consegue garantir mobilizações sociais crescentes,

muito fortes nesse momento’, avalia o estudante de filosofia. Segundo ele, mais de 600 estudantes que ocupam a Universidade estiveram presentes (Duarte, 2016).

Ao deslocar o olhar para Brasília em atos de rua, O Povo altera a tônica e reforça o viés de criminalização contra estudantes proferido pelo Ministério da Educação na matéria de 30 de novembro: “O ministro da Educação, Mendonça Filho, afirmou na manhã de hoje (30) que os atos de depredação contra a sede do Ministério da Educação (MEC), em Brasília, na noite desta terça-feira, 29, não foram praticados por ‘estudantes’, mas por ‘criminosos’ ” (O Povo, 2016i).

Blindado pela fala do Ministro, o jornal estabelece dualidade ao posicionar os estudantes enquanto “criminosos”, quando realizam ações políticas. Propõe-se uma dualidade em que aos estudantes cabe obediência, enquanto a subversão é prática de criminosos. Não satisfeito, tipifica a contrarresposta aos ataques policiais como: “[...] um ato criminoso, de baderneiros que invadiram e quebraram vidraças, bancos e cadeiras e destroçaram boa parte do patrimônio do MEC, aterrorizando inclusive os funcionários” (O Povo, 2016i). Ao narrar um caso e isolá-lo do seu contexto, a reportagem firma a tomada de posição dos jornalistas que omitem a repressão sofrida por estudantes com a ação direta da polícia. Ao permitir espaço apenas para uma perspectiva, excluem-se outras percepções sobre o acontecimento.

Em nove de dezembro, a visita de Temer a Fortaleza é narrada por O Povo (2016j). Na ocasião, ocupantes são convocados a falar:

[...] para o estudante da Faculdade de Educação (Faced) da UFC, Igor Maia, a PEC 55 traz riscos à assistência estudantil nas universidades. ‘Como estudante, a palavra que tenho é revolta. Meus pais são pobres, não possuem condições de me manter dentro da universidade pública. Preciso de assistência dentro da universidade, que corre risco de ser cortada’, comentou (O Povo, 2016j).

Por fim, com os marcos finais de votação da PEC 55/2016 (Brasil, 2016), em 13 de dezembro, constituem-se os últimos intentos jornalísticos para narrar o caso. O Povo (2016l) cobre o trancamento da Av. da Universidade com carteiras e associa a ação estudantil à atividade pacífica, mesmo ela bloqueando o trânsito por horas. Outro protesto é anunciado ao fim da matéria. No dia seguinte, na versão impressa, O Povo publica reportagem de Wagner Mendes (2016) com balanço dos atos contrários à aprovação da PEC 55 no Brasil. Sobre o cadeirato, o Diário do Nordeste (2016g) traz a manchete: *Após protesto contra a PEC 55,*

*Avenida da Universidade é liberada*, atentando ao serviço de mobilidade urbana e aos impactos de interrupção do trânsito.

A composição do ato nas páginas do Diário do Nordeste enfoca os prejuízos causados pela ação estudantil ao cotidiano da cidade, sem oferecer nenhum espaço de fala aos manifestantes; contudo, recorreu à Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania para coletar informações e elaborar a narrativa publicada. Temos, aqui, um texto que propõe imagem da ação política associada ao “caos” e à “baderna”, que foram solucionados pelas instituições do Estado, que contornaram o “problema” existente com a situação e sanaram os danos ao trânsito promovidos pelo protesto.

### 3 Enredamentos narrativos entre jornais e outros textos

A partir das narrativas evidenciadas ao enredarmos os textos e as proposições simbólicas dos jornais, é justo tomar nota dos aspectos contextuais que as fundamentam a fim de complexificarmos a compreensão tanto das agências políticas exercidas pelas empresas jornalísticas com essas produções – legando atenção às textualidades pelas quais composições narrativas são montadas –, quanto das tensões que emergem com outras elaborações narrativas que, enredadas às proposições jornalísticas, disputam sentidos sobre o acontecimento, ao posicionarmos as miradas possíveis com os textos diante de outras construções de sentidos.

Para mirarmos essas duas dimensões, apresentadas a seguir como expressão dos enredamentos com os jornais incluídos neste estudo, mobilizamos outras produções realizadas por tais editorias e por estudantes, a fim de posicionar o contexto em que estas produções são propostas e os sentidos demarcados nestes textos que produzem alianças e rupturas com outras iniciativas. Sem a pretensão de esgotarmos o que há de escritas nesse período, valemos dos apontamentos de Abril (2013), que nos propõe as redes textuais como um exercício intimamente associado ao repertório. Assim, considerando a incompletude do que reunimos no fluxo de pesquisa, construímos vinculações instáveis que aqui partilhamos.

Dentre as proposições estudantis, destacamos o livro-reportagem *Divino maravilhoso das ocupações universitárias pós-golpe de 2016 no Ceará*, realizado por Macêdo (2017) após a experiência de (vi)ver as ocupações, sendo esse trabalho uma prática de escrita para conclusão do curso de Jornalismo na Universidade Federal do Ceará. A obra reúne um acervo importante de testemunhos de estudantes-ocupantes e, ao combiná-los com as memórias do pesquisador-ocupante, possui lugar de relevância pela pluralidade de perspectivas políticas proferidas pelas pessoas entrevistadas, pela referencialidade da obra enquanto contribuição acadêmica e pela singularidade da publicação, ao textualizar esse acontecimento a partir de óticas estudantis – seja de pessoas entrevistadas, seja do autor.

### 4 Narratividades em contextos

Os textos dos jornais O Povo e Diário do Nordeste confluem em torno de três contextos que delineiam as ocupações universitárias como acontecimentos sob a ótica jornalística: o primeiro deles, articulado entre os dias três e cinco de novembro, relata o início da insurgência

universitária a partir da Assembleia Estudantil da UFC e da impossibilidade de realização do ENEM na Faculdade de Educação em razão da “desordem” promovida por estudantes; o segundo, delimitado entre sete e nove de novembro, aponta a ampliação das ocupações pelos *campi* da capital. Já o último espalha-se até o dia 13 de dezembro, evidenciando as manifestações nas ruas realizadas por ocupantes em Fortaleza e em Brasília.

É interessante notar como este último enredo narrativo não possui um desfecho e, nas páginas dos jornais em estudo, um encerramento às histórias por ele construídas não é efetivado. Nem mesmo a Assembleia Geral que tornou pública as vitórias do movimento de ocupações na UFC e que deliberou o desfecho das barricadas se tornou texto nas editoriais. A ausência de uma conclusão à narratividade amplamente elaborada por dias nos jornais, por sua vez, cria a sensação de que o movimento se vaporizou de forma efêmera e sem nenhuma conquista – o que não procede ante às conquistas nas pautas locais de cada iniciativa que são apresentadas no livro de Macêdo (2017).

Outro aspecto que merece atenção está na composição que elenca a Universidade Federal do Ceará como ambiência que articula o processo narrativo das ocupações universitárias no estado. Na medida em que essa é narrada com profundidade que considera os aspectos processuais da experiência e as intervenções específicas que ali ocorriam, às ocupações outras coube apenas status de exemplaridade em figurações pontuais, como parte da ampliação de um processo iniciado na capital – o que não corresponde às vivências estudantis, se considerarmos as experiências em Iguatu e no Crato que foram anteriores às ocorridas na UFC, como aponta Macêdo (2017). Dentre as sete matérias em que as ocupações interioranas são mencionadas – seis de O Povo e uma do Diário do Nordeste –, apenas duas apresentam destaque e profundidade, sendo que uma narra sobre a deflagração de ocupação no *campus* Crato da UFCA (Talicy, 2016) e a outra sobre um caso de violência no *campus* Juazeiro do Norte (Araújo, 2016). Em todas as outras publicações, as outras instituições ocupadas aparecem como citação, referenciando a existência de outras iniciativas em reportagens que, no todo, aprofundam aspectos específicos sobre as mobilizações na UFC.

A ausência de foco em outras ocupações não se relaciona apenas com questões geográficas, dado que a ocupação de discentes do IFCE no *campus* Aldeota, em Fortaleza, é narrada em uma única produção do Diário do Nordeste (2016f) e é elencada como parte das mobilizações já existentes na cidade. No entanto, a Greve Estudantil da UFC em Fortaleza, sozinha, dispunha de 22 textos (15 de O Povo, sete do Diário do Nordeste) nesse mesmo período. A situação deixa ver, então, como as ocupações da UFC assumiram caráter referencial

para as editorias jornalísticas em termos que não foram viabilizados para apurar e destacar outras iniciativas que, mesmo radicadas na capital, pouco mobilizaram jornalistas. A situação deixa ver a importância política atribuída pelas editorias à Universidade Federal do Ceará, pois foi a partir dela que as mobilizações nacionais, no estado, passaram a tomar contornos nas páginas jornalísticas.

## 5 Sentidos propostos, significados em disputa

A iniciativa estudantil é nomeada por “ocupação” e, em que pese a atualização jornalística ao adotar esse nome em detrimento de “invasão”, esta mudança não é suficiente para admitir cidadania e tampouco para encerrar atos de criminalização pelas empresas jornalísticas. Para Macêdo (2017), a ruptura do cotidiano das instituições provocada pelas ocupações foi uma tática para acionar visibilidade às bandeiras políticas que defendiam; contudo, podemos aqui mirar que a operação das narrativas dos jornais, por vezes, vertia os acontecimentos em sinonímia a atos criminosos e/ou irresponsáveis – sobretudo ao se centrarem na contravenção à ordem – sem tecer aprofundamentos sobre a iniciativa política e sobre as motivações que mobilizavam os estudantes.

A escolha editorial por focar na ruptura com a ordem posicionava a ação política como um ato de desobediência civil. A quantidade diminuta de produções do Diário do Nordeste, em aliança com a costura de palavras que exprimem críticas ao movimento, evidencia a linha editorial mais incisiva do Sistema Verdes Mares contra movimentos sociais, ao operar composições que estabeleciam a contravenção estudantil como um problema a ser dirimido. Em O Povo, a quantidade expressiva de publicações permitia contornos mais densos às experiências de ocupação na UFC – o que não se aplica às demais instituições, como já discutimos – que surgiam sob vieses políticos distintos a depender dos agentes mobilizados a falar em cada publicação. A variedade de perspectivas contidas em O Povo torna sensível a linha editorial mais aberta do Grupo de Comunicação O Povo, que admite, de modo moderado, tanto as críticas da Reitoria quanto as falas estudantis – em pesos de importância bastante desiguais entre esses agentes.

Apesar das ocupações acontecerem sob uma amplitude de formatos e de agendas políticas que mobilizavam debates, oficinas e espaços de produção de conhecimento, como destaca Macêdo (2017), esses aspectos não figuram nas produções jornalísticas. Em medida oposta, ações que causavam ônus à ordem social, como a tomada dos prédios nas ocupações e

a inviabilização do trânsito em atos de rua, conseguiam espaços midiáticos que já não contextualizavam as motivações políticas, ao passo que incidiam no reforço à ideia de “prejuízo” produzido por estudantes com a ação política.

Não à toa, os três contextos evidenciados anteriormente em que a produção jornalística lega atenção se constituem como dinâmicas de ruptura que reposicionam a lógica de funcionamento dos espaços tomados por estudantes – sejam *campi* ou ruas. A escolha de narrar a ruptura do funcionamento dos *campi*, sem qualificar os novos contornos que são vivenciados por estudantes com tal experiência, é uma tomada de posição pela qual as editorias jornalísticas posicionam as ocupações em superficialidades que relembram as complexidades que ali ocorrem e que ali tomam formas variadas. Percebemos que, mesmo sob lógicas de apuração, nenhuma reportagem se propõe a investigar o cotidiano das ocupações ou das instituições após a incidência política. As formas gestadas por estudantes de produção de conhecimento durante as ocupações ou os processos de gestão dos espaços, por exemplo, não são evidentes em nenhum texto jornalístico estudado.

As ocupações eram apresentadas, ainda, como ações por tempo indeterminado nos textos jornalísticos. Considerando a ausência de caracteres que aprofundassem as reivindicações estudantis nas publicações dos jornais em estudo, sobretudo as posições circunscritas às dinâmicas locais das instituições, a ideia de uma ação contínua e sem horizontes corrobora a narrativa em que estudantes não possuíam coesão na ação política e tampouco possuíam termos para o diálogo que poderia resultar no desfecho das ocupações. O tempo indeterminado omite, assim, as pautas negociadas por estudantes e a definição de ocupações serem encerradas em face do atendimento das reivindicações locais, como aponta Macêdo (2017) ao destacar o encerramento e as conquistas das iniciativas no Ceará. A ausência destes últimos aspectos nas produções jornalísticas torna-se deveras marcante, se considerarmos as opções editoriais de, por outra via, propor estudantes como “desorganizados” em razão da pluralidade dos agrupamentos estudantis apontados pela Reitoria. É sob os signos da diferença que a produção reforça a “dificuldade ao diálogo” (O Povo, 2016d) que as instâncias de administração superior testemunham sobre as tratativas estudantis.

Outro aspecto importante a evidenciarmos está na descrição das justificativas às mobilizações estudantis que, por vezes, toma a contrariedade à PEC 55/2016 como aspecto único. Como evidencia Macêdo (2017), para além das pautas locais, estudantes se contrapunham ao governo federal pautando “Fora Temer”. A compreensão de que viviam um golpe de Estado e a demanda pela queda de Michel Temer foram bandeiras silenciadas nas

produções jornalísticas, surgindo apenas em pequenas brechas, em dizeres nas roupas dos estudantes (O Povo, 2016g) ou em trechos das poucas entrevistas realizadas com ocupantes. Os registros textuais que evocam as palavras de ordem “Fora Temer” aparecem em aspas estudantis, como encontramos nas palavras de Nerice Carioca em matéria publicada por O Povo (2016d), e nas afirmações do estudante Rui Alencar em reportagem de Duarte (2016). O “Fora Temer!”, anunciado pelos estudantes como uma das duas principais pautas do movimento, desaparece nas inscrições jornalísticas do Diário do Nordeste e surge em O Povo sempre balizado pelas falas de outros agentes, o que denota que os regimes de visibilidade a essa pauta política se tratavam de uma decisão editorial diante dos amplos esforços dos estudantes em tornar essa uma posição visível.

No que diz respeito aos estudantes-ocupantes, são recorrentemente nomeados por “alunos”. Notamos que os textos elencam estudantes como sujeitos protagonistas do movimento; entretanto, esta afirmação não é suficiente para permiti-los em espaços centrais de fala nas produções. Poucas são as reportagens em que estudantes são entrevistados, ainda que sejam expostos em todos os textos. Quando ocorrem brechas para posicionamento, os recortes das entrevistas confluem em falas agitadoras e que reforçam a narrativa de desobediência civil impetrada pela tomada dos espaços nas angulações jornalísticas.

Outro elemento marcante sobre estudantes está na ênfase em perfis da graduação e dos cursos de humanidades, anulando a participação de discentes de outras áreas e de pesquisadores em formação nos Programas de Pós-Graduação que ocuparam e paralisaram atividades nesse período, a exemplo dos vinculados à Comunicação, à Psicologia e à Saúde Coletiva da UFC.

## 6 Considerações finais

A partir das discussões aqui apresentadas, consideramos que as narrativas elencadas pelos jornais O Povo e Diário do Nordeste pouco exprimem a complexidade das ocupações em estudo, enquanto deixam ver as linhas editoriais que nutrem suas operações textuais em cada produção e as narratividades que com elas emergem, quando enredadas. O fluxo da narrativa operado pelas editorias nos três contextos expostos interpola e se opõe às experiências vividas nas ocupações, sobretudo se considerarmos o percurso inicialmente interiorano de início das ocupações no Ceará, que é escanteado nas páginas jornalísticas para firmar uma composição centrada na UFC.

Tomar a UFC como epicentro, para atribuir contornos ao acontecimento, para além de uma ruptura com o fluxo dos acontecimentos, incita o leitor ao erro na medida em que propõe uma compreensão em que as demais ocupações – por vezes, invisibilizadas ou tratadas de modo superficial – são dela decorrentes e por ela influenciadas. Pelo contrário, como observa Macêdo (2017) e como situa o mapeamento da UNE (2016), as ocupações na UFC se situam em uma rede anterior de mobilizações que já aconteciam no país e que, no Ceará, já ocorriam em Iguatu e no Crato.

A superficialidade da apuração jornalística sobre o movimento de ocupações também é expressa na omissão das palavras de ordem “Fora Temer”, destituindo do posto elencado por estudantes que as entendem como pauta expressiva. Entendemos que esta é uma decisão política das empresas jornalísticas que, ao escantear essa informação, negam aos leitores o caráter político-nacional das expressões estudantis e se voltam a invisibilizar esse aspecto da experiência que se desenvolvia nos *campi*. Neste caminho, narram que estudantes discordavam de uma medida pontual, no caso, a PEC 55/2016, quando, de modo mais amplo, questionavam ainda outras medidas e pautavam a queda do governo considerado ilegítimo e golpista.

A composição narrativa, a partir dos contextos mobilizados e dos sentidos atribuídos, constrói uma sinonímia entre a luta por direitos e o delito nas experiências estudantis de 2016. Esse não é um elemento novo se considerarmos a tradição do jornalismo brasileiro no trato com movimentos sociais, sobretudo estudantis, como revela a pesquisa de Cláudia Pereira (2016) ao considerar que o espaço delegado aos estudantes, nos jornais, é resultante de elementos convencionados ao caos e à desordem social. Não à toa, inexistem matérias sobre as conquistas do movimento grevista na UFC ou sobre as iniciativas de ensino e extensão que as ocupações desenvolviam, enquanto elaborações sobre rupturas ao cotidiano orientavam a formatação narrativa das ocupações e constituíram margens pelas quais a ação política e os estudantes foram associados à desobediência civil. Nisto, importa considerarmos como o perfil “estudante-ocupante” é montado nos enredamentos narrativos como sujeito desordeiro e pregador de agitações políticas, sem proposições diretas para encerrar a medida de tempo indeterminado.

O estudante-ocupante de 2016 que encontramos nos enredamentos dos textos estudados não é tão distante dos estudantes de 1968, 1988-1992 e 2013 nos produtos jornalísticos cariocas discutidos por Cláudia Pereira, sobretudo se considerarmos que a participação juvenil em atos políticos surge nesses como “[...] uma espécie de rebeldia, fúria e transgressão típicas dos mais jovens [...]” (Pereira, 2016, p. 17). Por certo, o exercício

jornalístico e os termos que são empenhados em cada caso se dão de modos peculiares; contudo, é preciso considerar que, apesar das mudanças nos modos de produzir jornalismo ao longo do tempo, as relações ao narrar jovens em ação política seguem confluindo em criminalizações.

É justo, portanto, questionarmos a responsabilidade ética e social destas editorias jornalísticas ao se relacionarem com sujeitos em menores exercícios de poderes e que exercem atos contestatórios. Corroborar associações de movimentos sociais ao delito é, também, um modo de produzir silenciamentos e de inibir divergências políticas. Com as ocupações nos textos em estudo, conhecemos mais sobre as imparcialidades exercidas pelo Jornal O Povo e pelo Diário do Nordeste com as ocupações, e sobre os modos de produzirem jornalismo que ali se firmaram, em proposições aos acontecimentos e em enredamentos de contradições em torno da experiência narrada.

## Financiamento

Esta pesquisa conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) via bolsa de pesquisa.

## Referências

ABRIL, Gonzalo. **Cultura visual**: de la semiótica a la política. Madrid: Plaza y Valdés 2013.

ARAÚJO, Amanda. PM reformado é detido suspeito de agredir universitários na UFCA de Juazeiro do Norte. **O Povo**, Fortaleza, 10 nov. 2016.

ARAÚJO, Osvaldo. **Breve e incompleta notícia sobre um Jornal**. Fortaleza: Omni, 2008.

BRASIL. Câmara do Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição n. 55, de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, 2016.

DIÁRIO DO NORDESTE. Estudantes da UFC deflagram greve geral. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 4 nov. 2016a.

DIÁRIO DO NORDESTE. Estudantes da UFC mantêm ocupação e provas no local podem ser suspensas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 4 nov. 2016b.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Ocupação da UFC**: Adiada prova do ENEM para 500 alunos do Ceará. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 5 nov. 2016c.

DIÁRIO DO NORDESTE. Estudantes de 17 cursos decidem pela ocupação da UFC. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 7 nov. 2016d.

DIÁRIO DO NORDESTE. Número de ocupações aumenta na UFC. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 8 nov. 2016e.

DIÁRIO DO NORDESTE. Estudantes ocupam Campus do IFCE na Aldeota. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 10 nov. 2016f.

DIÁRIO DO NORDESTE. Após protesto contra a PEC 55, Avenida da Universidade é liberada. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 13 dez. 2016g.

DUARTE, Daniel. Fortaleza tem protesto em novo dia de mobilização nacional anti-Temer. **O Povo**, Fortaleza, 12 nov. 2016.

FREIRE FILHO, João. Mídia, Estereótipo e representação das minorias. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 1-27, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v7i2.1120>. Acesso em: 7 maio 2023.

INSTITUTO VERIFICADOR DA COMUNICAÇÃO (IVC). **Relatório Jan/2016-Dez/2016 de posição, participação e evolução das publicações**. São Paulo, 2016.

LEAL, Bruno. **Introdução às narrativas jornalísticas**. Porto Alegre: Sulina, 2022.

LEAL, Bruno; MANNA, Nuno; JÁCOME, Phellipy. Movimentos metodológicos em pesquisas do jornalismo: questões temporais e textuais. In: MARTINS, Bruno *et al.* **Experiências metodológicas em textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: Relicário, 2019.

LEITE, Áquila. Estudantes da UFC mantêm ocupação e provas no local podem ser suspensas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 4 nov. 2016. Cotidiano.

MACÊDO, Daniel. **Divino maravilhoso das ocupações universitárias de 2016 no Ceará**. Fortaleza: Quitanda das Artes, 2017.

MACÊDO, Daniel; NUNES, Marcia; GADELHA, Sandra. Ao ocupar Universidades, encontramos Paulo Freire: textualizações da pedagogia freireana na insurgência estudantil de 2016 no Ceará. **Revista ECCOM - Educação, Cultura e Comunicação**, Lorena, v. 14, 2023.

MENDES, Wagner. Protestos marcam aprovação da PEC 55 no Senado. **O Povo**, Fortaleza, 14 dez. 2016.

O POVO. Alunos do Departamento de Geografia ocupam Universidade. **O Povo**, Fortaleza, 1 nov. 2016a.

O POVO. Estudantes aprovam greve na UFC e definem ocupação. **O Povo**, Fortaleza, 3 nov. 2016b.

O POVO. Após ocupação em prédio da UFC, aplicação do ENEM pode ser cancelada no local. **O Povo**, Fortaleza, 4 nov. 2016c.

O POVO. Estudantes da UFC definem novas ocupações contra PEC do teto de gastos. **O Povo**, Fortaleza, 7 nov. 2016d.

O POVO. Defensoria recomenda que reitores não identifiquem nem punam alunos. **O Povo**, Fortaleza, 8 nov. 2016e.

O POVO. Professores de Arquitetura e Urbanismo declaram apoio à ocupação de estudantes na UFC. **O Povo**, Fortaleza, 9 nov. 2016f.

O POVO. Alunos realizam desfile em ato de greve estudantil. **O Povo**, Fortaleza, 10 nov. 2016g. Cotidiano.

O POVO. Depredação do MEC foi praticada por 'criminosos', diz Ministro. **O Povo**, Fortaleza, 30 nov. 2016i.

O POVO. Manifestantes protestam contra PEC do teto e reforma da previdência durante visita de Temer. **O Povo**, Fortaleza, 9 dez. 2016j.

O POVO. Atos marcam dias de protesto contra a PEC 55 em Fortaleza. **O Povo**, Fortaleza, 13 dez. 2016l.

PEREIRA, Cláudia. Ainda somos os mesmos? Representações midiáticas da juventude em movimentos sociais, ontem e hoje. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 1-19, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.3.22285> Acesso em: 7 maio 2023.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentidos: a dualidade do acontecimento. **Revista Trajectos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

SANTOS, Francisco Genivando. **MST no Diário do Nordeste**: a cobertura jornalística acerca da ocupação do MST. 2013. Monografia (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) - Curso de Comunicação Social, Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará Fortaleza, 2013.

TALICY, Eduarda. Ocupações estudantis ganham adesão em novos cursos da UFC e UFCA. **O Povo**, Fortaleza, 8 nov. 2016.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). **Estudantes ocupam 961 escolas e universidades contra retrocessos na educação**. São Paulo, 14 out. 2016.

## Entangling journalistic narratives: textualizations of the 2016 university occupations in the newspapers O Povo and Diário do Nordeste

### Abstract

Mobilized by their discontent with the fiscal regime announced after the impeachment of Dilma Rousseff, and calling for #ForaTemer, students occupied university campuses across Brazil in 2016. Journalistic textualizations were part of the web through which different narrative slants were given to these events. In this paper we focus on the narratives put forward by the newspapers O Povo and Diário do Nordeste, in order to bring attention to the elaborations of meanings that are entangled with these texts. To do this, we take a methodological approach based on Bruno Leal's contributions on "journalistic narratives". This allows us to practice entanglements both between the productions of these newspapers, thus articulating the narratives that are configured in certain contexts; and with other writings, considering the approximations and distances through which we can discuss the sensitive absences in journalistic texts and the propositions that corroborate equivalences between the struggle for rights and crime.

### Keywords

university occupation; Ceará; narrative; journalism; textual networks

### Autoria para correspondência

Daniel Macêdo: daniel.3macedo@gmail.com

Marcia Vidal Nunes: marciavn@hotmail.com

### Como citar

MACÊDO, Daniel; NUNES, Márcia Vidal. Enredando narrativas jornalísticas: textualizações das ocupações universitárias de 2016 nos jornais O Povo e Diário do Nordeste. **Intexto**, Porto Alegre, n. 56, e-138127, 2024. <https://doi.org/10.19132/1807-8583.56.135289>

Recebido: 03/09/2023

Aceito: 19/03/2024



Copyright (c) 2024 Daniel Macêdo, Márcia Vidal Nunes. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.